Ao observar os atos de ontem, o pesquisador em relações de trabalho Arnaldo Mazzei Nogueira, professor-doutor da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), pergunta-se onde estavam os trabalhadores sindicalizados nas manifestações de junho. “Os sindicatos estavam dormindo nesse ambiente onde tudo parecia normal. Eles saíram tarde [às ruas], mas saíram.”

FOTOS:

- [Paralisação dos ônibus e greve geral em Curitiba](#)

Jornada

Diretor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), José Dari Krein diz que mesmo as reivindicações antigas nunca deixaram a pauta política. Caso da redução jornada de trabalho, cuja discussão arrefeceu no Congresso em 2010, retomada agora pelas centrais sindicais. Krein destaca o projeto de lei nº 4.330, que trata da terceirização e está em via de ser aprovado no Congresso. Calcula-se que haja no Brasil 11 milhões de trabalhadores terceirizados. São os que têm as piores condições de trabalhos e os menores benefícios. A mobilização das centrais sindicais vai ajudar a chamar a atenção para isso, acredita Krein.

- Saiba mais
 - [Baixa adesão popular marca greve geral](#)
 - [No Paraná, bloqueios, paralisação e dispensas](#)
-
- [Confrontos no Rio de Janeiro](#)

VÍDEOS:

- [Trabalhadores da coleta de lixo lutam por melhorias](#)
-
- [Movimentos sindicais voltam às ruas em Curitiba](#)

Nogueira não identifica inovação na pauta dos sindicatos, a não ser a terceirização e os leilões do petróleo. A impressão, diz ele, é que essas demandas correm paralelamente ao conjunto das manifestações de junho. Para o professor, os sindicatos teriam de ter mais diálogo com as reivindicações da sociedade, de forma a associar a luta por melhores condições de vida dos trabalhadores à luta por melhores condições de vida da população em geral.

Algumas das reivindicações, no entanto, falam direto ao público que saiu às ruas em junho. Nogueira salienta que tanto a redução da jornada de trabalho quanto o fim do fator previdenciário têm impacto importante no emprego da juventude. Ambas abririam espaço para os jovens que estão entrando no mercado de trabalho.

Visibilidade

Pelo menos uma vez por ano há uma grande mobilização nacional de luta por direitos trabalhistas, mas as de agora ganharam visibilidade porque as atenções estão voltadas para as ruas depois das manifestações de junho. Para o professor de Ciência Política da UFPR Fabrício Tomio, setores do movimento sindical buscam usar a fragilidade da base política do governo para tentar aprovar suas reivindicações. Ele acredita que algumas são possíveis, mas não todas, porque os efeitos fiscais e econômicos seriam muito grandes.

Tomio destaca o ineditismo da união das oito centrais para uma ação unificada em todo o país, mas pondera as lutas internas entre as centrais. Parte do movimento sindical é aliada do governo, parte é contrária. Enquanto a Força Sindical tem notórias desavenças com o PT, a CUT, próxima ao partido, busca evitar danos à presidente Dilma Roussef com a greve geral. As demais centrais não são diretamente aliadas ao governo federal, mas são minoritárias.

Entre as conquistas e o comodismo

Os protestos de ontem foram marcados por uma certa polidez nas críticas ao governo e a presidente Dilma Roussef. Bem diferente das manifestações de junho. O professor-doutor da USP e da PUC-SP Arnaldo Mazzei Nogueira acredita que o fato de os sindicatos dependerem do imposto sindical e de recursos públicos impede ações mais incisivas de cobranças ao governo. Isso, em alguma medida, os fez abandonarem a bandeira da autonomia e da liberdade sindical conquistada na década de 1980. “Entidades que não têm autonomia e

liberdade acabam tendo restrições em suas ações”, pondera.

O diretor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), José Dari Krein, tem opinião contrária. Os anos 1980 apresentavam contexto favorável às manifestações, com inflação elevada que corroía os salários e cenário político da redemocratização do país depois de três décadas de ditadura militar. O sindicalismo soube fazer uma leitura desse quadro.

Já nos anos 2000, analisa Krein, o crescimento do poder de barganha dos sindicatos fez melhorar as condições de trabalho e de salário. As negociações coletivas foram melhores e os trabalhadores saíram ganhando. Isso explicaria, em grande parte, a desnecessidade de sair às ruas.

Fonte: Gazeta do Povo